

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 18 de dezembro de 2024.

Comunicado: 029/2023

**ATUALIZAÇÃO**  
**AÇÕES JUDICIAIS COLETIVAS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA**  
**PROPOSTAS PELO SINDIROCHAS**

Às Empresas Associadas,

O Sindirochas, entidade sindical representativa das empresas pertencentes ao setor de rochas ornamentais, cal e calcário do Estado do Espírito Santo, possui legitimidade extraordinária a postular em juízo determinados direitos a favor de seus Associados.

Atualmente, existem várias ações coletivas de natureza tributária visando o afastamento da imposição de determinados tributos ilegais/inconstitucionais, bem como a recuperação de valores pretéritos.

No quadro abaixo encontram-se os detalhes resumidos concernentes a cada um dos processos atuais.

	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
1	0022823-39.2015.8.08.0035	2ª Câmara	TVV - Terminal de Vila Velha S.A	10/09/2015	Afastamento da cobrança da Taxa de Escaneamento de Contêineres

**Observações:** Trata-se de Ação Ordinária movida pelo Sindirochas em favor dos seus Associados requerendo o afastamento do pagamento da Taxa de Inspeção não Invasiva de Contêineres (escâneres) cobrados pela concessionária administradora do recinto alfandegário (TVV).

Em 2017 foi proferida sentença a favor do Sindirochas.

Em 2019 o Tribunal de Justiça do ES reformou a sentença julgando a ação improcedente.

**Situação atual:** O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou seguimento ao Recurso Especial interposto pelo Sindirochas. Atualmente, o processo aguarda julgamento do Agravo Interno interposto pelo sindicato, que tem o objetivo de reformar a decisão anterior no intuito de que o STJ analise o mérito acerca da legalidade da cobrança da Taxa de Inspeção não Invasiva de Contêineres.

	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
2	0025004-83.2017.4.02.5001	3ª Turma do TRF2	UNIÃO	31/08/2017	Não incidência do ICMS na base de cálculo do IRPJ/CSLL recolhidos na forma do lucro presumido
<p><b>Observações:</b> Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo Sindirochas a favor de seus Associados requerendo seja reconhecido o direito de recolherem o IRPJ e a CSLL na forma do lucro presumido sem a inclusão do ICMS na sua base de cálculo, bem como o direito de promover a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tais títulos nos últimos 5 anos.</p> <p>Foi proferida sentença desfavorável ao Sindicato.</p> <p><b>Situação atual:</b> Tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça (Tema Repetitivo 1008) decidiu a tese de forma contrária aos contribuintes, o processo se encerrou de forma desfavorável.</p>					

	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
3	0012319-10.2018.4.02.5001	3ª Turma do TRF2	UNIÃO	08/06/2018	Manutenção da alíquota do Reintegra de 2% (dois por cento) até o final do ano de 2018.
<p><b>Observações:</b> Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo objetivando, inclusive liminarmente, determinar que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir dos membros do SINDIROCHAS a aplicação da alíquota de 0,1% (um décimo por cento) sobre o crédito oriundo do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), mantendo-se a alíquota de 2% (dois por cento) até o final do ano de 2018.</p> <p>Foi proferida sentença de procedência parcial garantindo o direito de as empresas associadas aplicarem o percentual original de 2% (dois por cento) no benefício fiscal do Reintegra, e não 0,1% (um décimo por cento), conforme havia determinado o Decreto nº 9.393/2018, pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de 30.05.2018.</p> <p><b>Situação atual:</b> Atualmente, o processo encontra-se suspenso aguardando a definição do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da tese discutida.</p>					

4	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
	5006427-98.2019.4.02.5001	4ª Turma do TRF2	UNIÃO	03/04/2019	Exclusão do PIS e da COFINS sobre as suas próprias bases de cálculo
<p><b>Observações:</b> Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar objetivando que o Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, se abstenha de exigir dos membros do Sindicato, o recolhimento do PIS e da COFINS com a indevida inclusão dessas próprias contribuições sociais em suas bases de cálculo. Também visa garantir o direito de recuperar o que se pagou a maior nos últimos 5 (cinco) anos.</p> <p>O Tribunal Regional Federal reformou a sentença e julgou a demanda improcedente.</p> <p><b>Situação atual:</b> Atualmente, o processo encontra-se suspenso aguardando a definição do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da tese discutida.</p>					

5	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
	5010611-97.2019.4.02.5001	1ª Cível	UNIÃO	27/05/2019	Afastamento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) na alíquota de 0,38% sobre a entrada no país de receitas de exportação.
<p><b>Observações:</b> Trata-se de Mandado de Segurança em que se requer que a União se abstenha de exigir dos Associados a cobrança do IOF sobre o ingresso no País de receitas de exportação, mantidas pelas empresas em suas contas no exterior, de forma que seja aplicada a alíquota zero do referido imposto, afastando assim o entendimento da Receita Federal externado na Solução de Consulta Cosit nº 246, de 11 de dezembro de 2018. Além disso requer o reconhecimento do direito de restituição ou compensação por via administrativa dos valores indevidamente recolhidos a tais títulos.</p> <p>Houve sentença de procedência a favor do Sindirochas. Atualmente aguarda-se manifestação da União sobre o interesse em recorrer.</p> <p><b>Situação Atual:</b> O Magistrado, diante do pedido do Sindirochas de desistência do presente Mandado de Segurança, proferiu decisão homologando o pedido e determinou que o cartório certifique o trânsito em julgado da sentença, dê baixa na distribuição e remeta os autos à Vara de Origem.</p>					

	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
6	5012324-73.2020.4.02.5001	6ª Cível	UNIÃO	29/05/2020	Manutenção da alíquota do Reintegra de 3% (três por cento) até o final do ano de 2015.
<p><b>Observações:</b> Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo objetivando, inclusive liminarmente, determinar que a União se abstenha de exigir dos membros do SINDIROCHAS a aplicação da alíquota de 1% (um por cento) sobre o crédito oriundo do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), mantendo-se a alíquota de 3% (três por cento) até o final do ano de 2015.</p> <p><b>Situação atual:</b> O Magistrado determinou a suspensão do presente processo até que haja pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicabilidade do princípio da anterioridade geral (anual ou de exercício) em face das reduções de benefícios fiscais previstos no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA.</p>					

	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
7	5025365-73.2021.4.02.5001	2ª Cível	UNIÃO	14/07/2021	Não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic.
<p><b>Observações:</b> Trata-se de mandado de segurança coletivo em que o Sindirochas objetiva obter provimento jurisdicional para que seja assegurado aos seus associados/substituídos o direito de não sofrerem a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a taxa SELIC, recebida na repetição de indébito tributário (restituição e compensação), em virtude de pedidos administrativos ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, bem como o direito de compensar os valores recolhidos indevidamente nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da presente demanda.</p> <p><b>Situação atual:</b> Atualmente, o processo encontra-se suspenso aguardando a definição do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da tese discutida.</p>					

	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
8	5038934-44.2021.4.02.5001	2ª Cível	UNIÃO	29/10/2021	Não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a parcela atinente à inflação dos rendimentos de aplicações financeiras.
<p><b>Observações:</b> Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo com intuito de discutir a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a parcela atinente à inflação dos rendimentos de aplicações financeiras, garantindo assim o pagamento a menor dos mencionados tributos e a recuperação do que foi recolhido a maior nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à distribuição da ação.</p> <p><b>Situação atual:</b> O Sindirochas apresentou recurso (Embargos de declaração) a fim de que seja reconhecido o direito de seus substituídos não oferecer à tributação pelo Imposto de Renda (IRPJ e IRRF) e pela CSLL a parcela correspondente à inflação que integre os rendimentos decorrentes de suas aplicações financeiras em “renda fixa” e “renda variável”, a ser calculada pelo IPCA ou outro índice que melhor reflita o fenômeno inflacionário respectivo. A 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negou provimento ao recurso (Embargos de declaração) opostos pelo Sindirochas, mantendo a sentença em sua integralidade.</p>					

Os Tribunais Superiores julgaram a tese de forma desfavorável aos contribuintes:

Tema 1168 STF: É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a controvérsia relativa à incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre a correção monetária de rendimentos de aplicações financeiras.

Tema Repetitivo 1160 STJ: O IR e a CSLL incidem sobre a correção monetária das aplicações financeiras, porquanto estas se caracterizam legal e contabilmente como Receita Bruta, na condição de Receitas Financeiras componentes do Lucro Operacional. (julgado em 08/03/2023). **O processo foi arquivado.**

	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
9	5040892-65.2021.4.02.5001	6ª Cível	UNIÃO	19/11/2021	Exclusão das subvenções estaduais na base de cálculo do IRPJ e da CSLL

**Observações:** Trata-se de Mandando de Segurança Coletivo referente à exclusão das subvenções estaduais (benefícios fiscais de ICMS) da base de cálculo do IRPJ e da CSLL de seus associados.

**Situação atual:** Aguarda-se julgamento do recurso de apelação interposto pelo Sindirochas a fim de que a sentença proferida seja reformada parcialmente para garantir o direito de seus associados de excluírem a parcela correspondente a todas as espécies incentivos fiscais estaduais de ICMS (subvenções para investimento), na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, nos moldes estabelecidos na sentença proferida pelo juiz de piso, não se limitando apenas aos benefícios enquadrados como isenção, redução de base de cálculo e estorno de débito, bem como a mesma seja estendida a todos substituídos pelo Sindicato, não se adstringindo às empresas filiadas à entidade sindical à época do oferecimento da ação coletiva, nem limitada sua abrangência ao âmbito territorial da jurisdição do órgão prolator da decisão.

	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
10	5008311-60.2022.4.02.5001	1ª Cível	UNIÃO	23/03/2022	Exclusão PIS e da COFINS sobre a taxa SELIC aplicada como fator de correção monetária e juros de mora.

**Observações:** Trata-se de Mandando de Segurança Coletivo para afastar a incidência do PIS e da COFINS sobre a taxa SELIC aplicada como fator de correção monetária e juros de mora sobre o indébito tributário decorrente de medida judicial ou pedido de restituição/compensação administrativa ou ainda levantamento de depósito judicial.

**Situação atual:** Os Desembargadores da 4ª turma especializada julgaram pelo provimento do recurso de apelação interposto pelo Sindicato.

	Nº do Processo	Vara	Parte Contrária	Data do ajuizamento	Tema
11	5003592-98.2023.4.02.5001	6ª Cível	UNIÃO	09/02/2023	Exclusão da CFEM das bases de cálculo do PIS e da COFINS

**Observações:** Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo objetivando garantir aos associados/substituídos o direito de recolher o PIS e a COFINS sem a indevida inclusão da CFEM nas bases de cálculo das referidas contribuições, bem como o direito de promover a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tais títulos nos últimos cinco anos.

**Situação atual:** O Magistrado não concedeu a Tutela requerida pelo Sindirochas que visava determinar a Autoridade Coatora de se abster de exigir a inclusão da CFEM nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, até a prolação de decisão judicial definitiva. Na sequência, a União se manifestou a fim de que seja denegada a segurança requerida pelo Sindirochas. Atualmente aguarda-se prolação de sentença.

Todos esses processos possuem o condão de evitar que o Associado absorva uma carga tributária ilegal, além de possibilitar que promova a recuperação de determinados créditos recolhidos indevidamente.

Importante destacar que, o Sindirochas está sempre atento as demandas do setor nas áreas tributária e fiscal, além de dialogar e adotar medidas junto aos Governos para minimizar e desburocratizar a relação tributária com o Fisco.

Por fim, a assessoria jurídica do Sindirochas, por intermédio do escritório *David & Athayde Advogados*, a qual patrocina todas essas ações, encontra-se à disposição de todos os associados para dirimir dúvidas que possam surgir, por intermédio dos *e-mails* [rogerio@da.adv.br](mailto:rogerio@da.adv.br) (Dr. Rogério David); [lucas@da.adv.br](mailto:lucas@da.adv.br) (Dr. Lucas Sanson), [daniel@da.adv.br](mailto:daniel@da.adv.br) (Dr. Daniel Gomes) e; pelos telefones (28) 3521-6192 e (27) 3345-0012.

Atenciosamente,

**Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do  
Estado do Espírito Santo - SINDIROCHAS**